

PAULO  
RANGEL

DIREITO  
PROCESSUAL  
PENAL

**25<sup>a</sup>** revista e  
atualizada  
edição



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

**EDITORA ATLAS LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Atlas a partir da 20ª edição.

- Capa: Leonardo Hermano

- Fechamento desta edição: 06.02.2017

- Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil).

Rangel, Paulo

Direito processual penal / Paulo Rangel – 25. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017.

ISBN: 978-85-97-01141-8

1. Processo penal 2. Processo penal – Brasil I. Título.

---

# Sumário

<b>Título I – Direito Processual Penal .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal .....</b>	<b>3</b>
1.1 Conceito da palavra <i>princípio</i> .....	3
1.2 Devido processo legal .....	4
1.3 Verdade processual .....	7
1.4 Publicidade dos atos processuais .....	13
1.5 Contraditório .....	16
1.6 Imparcialidade do juiz .....	19
1.7 Presunção de inocência .....	23
1.8 Princípio do <i>favor rei</i> .....	35
1.9 Promotor natural .....	36
1.10 Princípio da razoabilidade da duração do processo .....	42
<b>Capítulo II – Sistemas Processuais .....</b>	<b>47</b>
Noções gerais .....	47
2.1 Sistema inquisitivo .....	48
2.2 Sistema acusatório .....	50
2.3 Sistema misto ou acusatório formal .....	52
2.4 O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto .....	56
2.4.1 Sistema acusatório e o Decreto-Lei nº 7.661/1945 ( <i>vide</i> nova Lei de Falências, nº 11.101/2005) .....	57

2.4.2	Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/1951)	57
2.4.3	Sistema acusatório e a revogada Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/1995) – A Lei nº 12.850/2013 revogou expressamente a Lei nº 9.034/1995.....	58
2.4.4	Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996) .....	59
2.4.5	Sistema acusatório e o Código de Processo Penal.....	60
<b>Capítulo III – Inquérito Policial</b> .....		71
Noções .....		71
3.1	Conceito .....	73
3.2	Natureza jurídica.....	79
3.2.1	Condenação com base no inquérito policial – Lei nº 11.690/2008 ....	81
3.2.2	Diligência investigatória determinada pelo juiz .....	83
3.2.3	Rejeição de parte da denúncia.....	85
3.2.3.1	Conclusão.....	93
3.2.4	Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade .....	95
3.2.5	Da avocação e redistribuição do inquérito policial e da remoção do delegado de polícia.....	98
3.3	Características .....	100
3.3.1	Inquisitorial.....	100
3.3.2	Formal.....	101
3.3.3	Sistemático .....	102
3.3.4	Unidirecional.....	102
3.3.5	Sigiloso.....	103
3.3.6	Discricionário.....	106
3.4	Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público.....	107
3.5	Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos) .....	111
3.6	A Investigação criminal na Lei de Drogas nº 11.343/2006, que revogou as Leis nºs 6.368/1976 e 10.409/2002.....	117
3.7	Inquérito policial na Lei de Falências.....	155
3.7.1	Natureza jurídica do (revogado) inquérito judicial .....	155
3.8	Inquérito policial e foro por prerrogativa de função .....	158
3.9	Art. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional ...	160
3.9.1	Busca pessoal e fundadas razões.....	161
3.9.2	Condução coercitiva da testemunha no IP .....	163
3.9.3	Busca e apreensão e consentimento do cõnjuge.....	163
3.9.4	Busca e apreensão domiciliar e o significado da expressão dia.....	165
3.9.5	Busca e apreensão e a <i>blitz</i> em carros particulares.....	166

3.9.6	Busca e apreensão domiciliar e cartas particulares.....	167
3.9.7	Busca e apreensão em escritório de advocacia: Lei nº 11.767/2008 ....	168
3.10	Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica.....	172
3.11	Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional.....	178
3.12	Inquérito policial e a Lei nº 9.099/1995 – termo circunstanciado.....	181
3.12.A	Da violência doméstica – Lei nº 11.340/2006.....	186
3.13	Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal .....	213
3.14	Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural .....	216
3.14.1	Arquivamento implícito do inquérito policial .....	223
	Questões controvertidas.....	223
3.15	Desarquivamento do inquérito policial.....	227
<b>Capítulo IV – Ação Penal .....</b>		<b>235</b>
4.1	Noções gerais.....	235
4.2	Fundamento do direito de ação .....	236
4.3	Natureza jurídica do direito de ação .....	237
4.4	Conceito e características do direito de ação .....	238
4.5	Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação.....	239
4.6	Ação penal pública .....	240
4.6.1	Princípios básicos.....	241
4.6.1.1	Obrigatoriedade – visão constitucional .....	241
4.6.1.2	Indivisibilidade .....	247
4.6.1.2.1	Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	250
4.6.1.3	Indisponibilidade.....	252
4.6.1.3.1	Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/1995.....	255
4.7	Ação penal de iniciativa privada.....	257
4.7.1	Noções gerais.....	257
4.7.1.A	O Código Civil – Lei nº 10.406/2002 – e as normas processuais penais .....	266
4.7.2	Princípios básicos.....	274
4.7.2.1	Oportunidade ou conveniência.....	274
4.7.2.2	Disponibilidade .....	275
4.7.2.2.1	Do perdão .....	276
4.7.2.2.2	Da perempção .....	277
4.7.2.3	Indivisibilidade.....	277
4.7.2.4	Intranscendência.....	283
4.8	Ação penal de iniciativa privada personalíssima .....	284

4.9	Condições para o regular exercício do direito de ação .....	286
4.9.1	Legitimidade.....	287
4.9.2	Interesse de agir .....	288
4.9.3	Possibilidade jurídica .....	290
4.9.4	Justa causa .....	291
4.10	Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/1995 e o princípio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional.....	293
4.10.1	Juizados especiais itinerantes .....	302
4.11	Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/1995 .....	303
4.12	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	308
4.13	Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública .....	316
<b>Capítulo V – Aditamento no Processo Penal .....</b>		<b>323</b>
Aditamento no processo penal.....		323
5.1	Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório).....	323
5.2	Conceito .....	325
5.3	Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento).....	325
5.4	Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo.....	327
5.5	Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição.....	329
5.6	Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia.....	330
5.7	Consequências processuais do aditamento à denúncia .....	332
<b>Capítulo VI – Jurisdição .....</b>		<b>345</b>
Noções .....		345
6.1	Princípios.....	346
6.1.1	<i>Ne procedat iudex ex officio</i> .....	346
6.1.2	Indeclinabilidade da jurisdição.....	347
6.1.3	Indelegabilidade da jurisdição .....	347
6.1.4	Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição .....	347
6.1.5	Juiz natural .....	348
6.1.6	Unidade da jurisdição .....	351
6.1.7	<i>Nulla poena sine iudicio</i> .....	351
6.2	Competência.....	351
6.2.1	Conceito.....	351
6.2.2	Natureza jurídica .....	352
6.3	A competência na Justiça Federal.....	352
6.4	A competência na Justiça Estadual.....	369
6.4.1	Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida.....	374

6.4.2	Conexão e continência – crimes eleitorais e os crimes comuns .....	375
6.4.3	Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida.....	383
6.4.4	Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função .....	385
6.4.5	Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo – Lei nº 11.313, de 28/6/2006 ...	395
6.4.6	Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função.....	401
6.4.7	Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	405
6.4.8	Tribunal do Júri e desclassificação .....	429
6.4.9	Conexão e continência e competência recursal .....	434
6.4.10	Conflitos de competência de atribuição – distinção.....	435
6.4.11	Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) – EC nº 45/2004....	441
6.4.12	Lei do juiz sem rosto (em verdade, da decisão coletiva) .....	458
<b>Capítulo VII – Teoria Geral da Prova.....</b>		<b>463</b>
	Conceito e finalidade ou objetivo da prova .....	463
7.1	Objeto da prova .....	464
7.2	Meios de prova.....	465
7.3	Classificação da prova.....	465
7.3.1	Quanto ao objeto.....	466
	7.3.1.1 Direta .....	466
	7.3.1.2 Indireta.....	466
7.3.2	Quanto ao sujeito .....	467
	7.3.2.1 Prova pessoal.....	468
	7.3.2.2 Prova real.....	468
7.3.3	Quanto à forma.....	468
	7.3.3.1 Testemunha .....	469
	7.3.3.2 Documental.....	469
	7.3.3.3 Prova material.....	469
7.4	Natureza jurídica da prova.....	469
7.5	Princípios da prova.....	469
	7.5.1 Princípio da comunhão da prova .....	470
	7.5.2 Princípio da liberdade da prova.....	470
	7.5.3 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos...	472
	7.5.3.1 Prova ilícita, ilegítima e irregular.....	476
	7.5.3.2 Prova ilícita por derivação .....	478
	7.5.3.3 A reforma da Lei nº 11.690/2008 .....	486
	7.5.3.4 Prova (i)lícita em favor do réu: teorias.....	489

7.6	Da prova emprestada.....	495
7.6.1	Conceito.....	495
7.6.2	Requisitos.....	495
7.6.3	Questões controvertidas.....	497
7.6.4	Natureza jurídica da prova emprestada.....	498
7.7	Indício, presunção e ficção – diferença.....	499
7.8	Da prova indiciária.....	503
7.9	Do ônus da prova.....	505
7.9.1	O ônus da prova e o poder instrutório do juiz.....	512
7.9.2	Natureza jurídica do ônus da prova.....	514
7.10	Do procedimento probatório.....	514
7.11	Sistemas de avaliação das provas.....	517
7.11.1	Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz.....	518
7.11.2	Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada.....	520
7.11.3	Sistema da livre convicção ou da persuasão racional.....	523
7.12	Natureza das normas que tratam das provas.....	525
<b>Capítulo VIII – Processo e Procedimento.....</b>		<b>527</b>
Processo: noções gerais e conceito.....		527
8.1	Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato, da relação jurídica e do procedimento em contraditório).....	531
8.2	Pressupostos processuais.....	534
8.3	Procedimento e sua distinção de processo.....	536
8.4	Formas procedimentais.....	536
8.4.1	Procedimento ordinário dos crimes cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade.....	539
8.4.1.1	Oferecimento da denúncia (D).....	540
8.4.1.2	Resposta prévia à acusação (RPA) – art. 396-A do CPP....	542
8.4.1.2.A	Do julgamento antecipado do caso penal: absolvição sumária – art. 397.....	543
8.4.1.3	Juízo de admissibilidade da acusação.....	548
8.4.1.3.1	Recebimento fundamentado da denúncia.....	549
8.4.1.3.2	Citação, intimação e requisição do preso.....	552
8.4.1.3.3	Princípio da identidade física do juiz no processo penal.....	553
8.4.1.4	Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ: art. 400.....	560
8.4.1.4.1	Prova de acusação (PA).....	562
8.4.1.4.2	Prova de defesa (PD).....	565
8.4.1.4.3	Esclarecimentos dos peritos às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas.....	565



	8.4.1.4.3.1	Esclarecimento dos peritos.....	565
	8.4.1.4.3.2	Assistente técnico na perícia.....	566
	8.4.1.4.3.3	Acareação.....	568
	8.4.1.4.3.4	Reconhecimento de pessoas e coisas .....	569
	8.4.1.4.4	Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 <i>usque</i> 196 do CPP.....	570
	8.4.1.4.4.A	Interrogatório por videoconferência: Lei nº 11.900/2009 .....	580
	8.4.1.4.5	Diligências (D) .....	596
	8.4.1.4.6	Alegações finais orais (AFO) .....	596
	8.4.1.4.7	Sentença .....	598
	8.4.1.4.7.1	Relatório.....	599
	8.4.1.4.7.2	Motivação ou fundamentação.....	599
	8.4.1.4.7.3	Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i> ) .....	600
	8.4.1.4.7.A	Dever de indenizar no juízo criminal: (in) constitucionalidade.....	600
8.4.2	Tribunal do Júri.....		605
	8.4.2.A	Introdução histórica.....	605
	8.4.2.B	Pedido de absolvição do promotor de justiça e quesito único .....	633
	8.4.2.C	Pronúncia com imputação genérica e consequente quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime? .....	635
	8.4.2.D	Direito penal do autor e direito penal do fato: não comparecimento do réu em plenário.....	639
	8.4.2.E	Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordância do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar a pronúncia em contradição com o pedido de absolvição do Ministério Público? .....	644
	8.4.2.1	Pronúncia .....	649
	8.4.2.1.1	Natureza jurídica da pronúncia.....	650
	8.4.2.1.2	Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?) .....	654
	8.4.2.1.3	Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia).....	655
	8.4.2.1.4	Pronúncia e crimes conexos .....	656
	8.4.2.1.5	Pronúncia e qualificadoras do crime.....	657
	8.4.2.1.6	Pronúncia e seus efeitos .....	660
	8.4.2.2	Impronúncia.....	662
	8.4.2.2.1	Natureza jurídica da impronúncia.....	665
	8.4.2.2.2	Prazo .....	667

	8.4.2.2.3	Requisitos da impronúncia .....	667
	8.4.2.2.4	Impronúncia e crimes conexos.....	667
	8.4.2.2.5	Impronúncia e efeitos civis .....	670
8.4.2.3		Despronúncia .....	671
8.4.2.4		Desclassificação.....	672
	8.4.2.4.1	Natureza jurídica da desclassificação .....	674
	8.4.2.4.2	Recurso da decisão desclassificatória.....	675
8.4.2.5		Absolvição sumária .....	675
	8.4.2.5.1	Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária.....	676
	8.4.2.5.2	Natureza jurídica da absolvição sumária.....	676
	8.4.2.5.3	Requisitos da decisão de absolvição sumária....	677
	8.4.2.5.4	Absolvição sumária e crimes conexos .....	680
	8.4.2.5.5	Absolvição sumária e efeitos civis .....	682
	8.4.2.5.6	Absolvição sumária e a revogação do recurso de ofício – Lei nº 11.689/2008 .....	687
	8.4.2.5.7	Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária).....	690
8.4.2.6		Libelo crime acusatório – revogado pela Lei nº 11.689/2008.....	696
8.4.2.7		Contrariedade ao libelo crime acusatório – revogada pela Lei nº 11.689/2008 .....	698
8.4.2.8		Quesitação no júri: questionários.....	699
8.4.2.9		Regulamentação dos debates pelo juiz.....	719
8.4.2.10		Uso de algemas em audiência.....	720
8.4.2.11		Dos debates em plenário .....	728
8.4.3		Rito sumário da Lei de Drogas nº 11.343/2006.....	732
	8.4.3.1	Denúncia.....	733
	8.4.3.2	Defesa prévia .....	734
	8.4.3.3	Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusatória estatal).....	735
	8.4.3.4	Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ.....	743
	8.4.3.5	Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova .....	745
	8.4.3.6	Tráfico privilegiado (art. 33, § 4º): possibilidade da concessão de <i>sursis</i> e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Princípio da razoabilidade e da isonomia.....	745
8.4.4		Juizado Especial Criminal.....	756
8.4.5		Estatuto do Idoso – aspectos processuais.....	758
	8.4.5.1	Institutos despenalizadores.....	759

8.4.5.2	Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo .....	759
8.4.5.3	Procedimento comum ordinário, comum sumário ou comum sumaríssimo? Lei nº 11.719/2008.....	760
8.4.5.4	Quem é idoso para efeito do Estatuto?.....	762
8.4.5.5	Prescrição.....	763
8.4.5.6	Ação penal pública incondicionada.....	763
8.4.6	Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 9/2/2005 .....	764
<b>Capítulo IX – Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória .....</b>		<b>769</b>
	Noções .....	769
9.1	Características .....	771
9.1.1	Pressupostos.....	776
9.2	Prisão em flagrante .....	776
9.2.1	Conceito de flagrante delito.....	777
9.2.2	Do fundamento da prisão em flagrante.....	778
9.2.3	Espécies de flagrante delito .....	782
9.2.4	Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada.....	789
9.2.5	Flagrante nos crimes permanentes e habituais .....	791
9.2.6	Flagrantes preparado, esperado e forjado.....	793
9.2.7	Flagrante esperado, diferido ou retardado .....	796
9.2.8	Flagrante no crime tentado, consumado e formal.....	798
9.2.9	Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato – Lei nº 12.403/2011.....	800
9.2.10	Do procedimento do auto de prisão em flagrante – Lei nº 11.113/2005.....	802
9.2.11	Da comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública .....	805
9.3	Prisão preventiva <i>stricto sensu</i> .....	806
9.3.1	Momento para a decretação da prisão preventiva .....	809
9.3.2	Pressupostos para a decretação da prisão preventiva.....	813
9.3.3	Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva .....	816
9.3.4	Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude.....	831
9.3.5	Princípio da motivação das decisões judiciais .....	832
9.3.6	Revogação da prisão preventiva.....	834
9.4	Prisão administrativa .....	834
9.5	Prisão preventiva na sentença penal condenatória recorrível – Lei nº 11.719/2008 .....	838
9.6	Prisão preventiva na decisão interlocutória mista não terminativa de pronúncia – Lei nº 11.689/2008.....	847
9.7	Prisão temporária da Lei nº 7.960/1989 .....	852

<b>Capítulo X – Liberdade Provisória na Lei nº 12.403/2011 – Visão Constitucional.....</b>	<b>865</b>
Noções gerais.....	865
10.1 Liberdade provisória com ou sem fiança .....	866
10.1.1 Liberdade provisória vinculada sem fiança (art. 310, parágrafo único, do CPP) .....	867
10.1.2 Liberdade provisória vinculada sem fiança em caso de miserabilidade jurídica – art. 350 do CPP.....	870
10.1.3 Liberdade provisória mediante fiança (e, conseqüentemente, com vinculação) – arts. 322/323/324 do CPP .....	872
10.1.4 Finalidade da fiança .....	873
10.1.5 A autonomia da autoridade policial .....	874
10.1.6 Fiança nos crimes punidos com detenção cuja pena é superior a 4 anos.....	875
10.1.7 Crime tentado .....	878
10.1.8 Concurso material de crimes.....	879
10.1.9 Causa de aumento e diminuição de pena (concurso formal, crime continuado, causa especial de aumento de pena, causa especial de diminuição de pena).....	879
10.1.10 Quebra da fiança.....	881
10.2 Liberdade provisória na Lei dos Crimes Hediondos.....	884
10.3 Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória.....	887
10.A Das medidas cautelares diversas da prisão. Princípios gerais .....	893
10.A.1 Autonomia das medidas cautelares .....	896
10.A.2 Legitimidade para requerer a medida cautelar .....	897
10.A.3 Medida cautelar e a oitiva da parte contrária: contraditório.....	900
10.A.4 Fungibilidade das medidas cautelares .....	901
10.A.5 Revogação e substituição da medida cautelar. RESE e HC.....	905
10.A.6 Princípio da proibição do excesso.....	906
10.A.7 Proibição de execução provisória da sentença. Retrocesso social .....	907
10.A.8 A homogeneidade da medida cautelar .....	909
10.A.9 A prisão cautelar e a inviolabilidade do domicílio.....	910
10.A.10 Prisão por precatória .....	910
10.A.11 Princípio da celeridade e da economia processual.....	911
10.A.12 A prisão e remoção do preso .....	911
10.A.13 A prisão e a celeridade na captura .....	912
10.A.14 O preso provisório e a separação do preso definitivo .....	912
10.A.15 A prisão em flagrante e sua conversão em prisão preventiva.....	913
10.A.16 Da prisão preventiva domiciliar .....	917
10.A.17 Das medidas cautelares diversas da prisão: art. 319 .....	920
10.A.18 Medida cautelar de entrega do passaporte .....	930

10.A.19 Liberdade provisória com ou sem medida cautelar diversa da prisão – art. 321 .....	931
<b>Capítulo XI – Citação</b> .....	933
Noções gerais e conceito .....	933
11.1 Natureza jurídica da citação.....	935
11.2 A Lei nº 9.271/1996 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i> .....	936
11.2.1 Requisitos da suspensão .....	937
11.2.2 Limite de tempo da suspensão .....	938
11.2.3 Incidência da norma .....	940
11.2.4 Recurso da decisão de suspensão .....	942
11.2.5 Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362): a citação com hora certa no processo penal.....	942
11.2.6 Concurso de pessoas e citação por edital .....	944
11.2.7 Tribunal do Júri e citação por edital .....	945
11.2.8 Defensor público e citação por edital .....	945
11.3 Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	946
<b>Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades</b> .....	947
Noções gerais e conceito de nulidade .....	947
12.1 Natureza jurídica da nulidade.....	950
12.2 Princípios processuais da nulidade.....	950
12.2.1 Prejuízo .....	950
12.2.2 Causalidade (contaminação ou contagiosidade) .....	953
12.2.3 Interesse.....	954
12.2.4 Convalidação .....	955
12.3 Sistemas .....	955
12.3.1 Certeza legal .....	955
12.3.2 Instrumentalidade das formas .....	956
12.3.3 Misto.....	956
12.4 Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção.....	957
12.5 O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural.....	957
<b>Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos</b> .....	959
13.1 Conceito .....	959
13.2 Fundamento.....	960
13.3 Natureza jurídica do recurso.....	961
13.3.1 Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso.....	961
13.3.2 Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação).....	961

13.3.3	Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão .....	962
13.4	Princípios gerais dos recursos.....	962
13.4.1	Taxatividade .....	962
13.4.2	Unirrecorribilidade .....	963
13.4.3	Fungibilidade.....	963
13.4.4	Voluntariedade .....	965
13.4.5	Conversão.....	967
13.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	967
13.6	A <i>reformatio in pejus</i> indireta .....	969
13.7	Efeitos dos recursos .....	981
13.7.1	Devolutivo.....	981
13.7.2	Suspensivo .....	987
13.7.3	Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos .....	990
13.8	Os recursos e o direito intertemporal.....	992
13.9	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	995
13.9.1	Conceito.....	995
13.9.2	Requisitos intrínsecos .....	997
13.9.2.1	Legitimidade.....	997
13.9.2.2	Interesse.....	1005
13.9.3	Sucumbência e interesse.....	1010
13.9.4	Requisitos extrínsecos .....	1010
13.9.4.1	Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal) .....	1010
13.9.4.2	Tempestividade.....	1011
13.9.4.3	Regularidade formal.....	1013
13.9.4.4	Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia) .....	1014
13.10	Juízo de mérito (ou juízo de delibação).....	1016
13.11	Recursos em espécie (questões relevantes).....	1017
13.11.1	Recurso em sentido estrito .....	1017
13.11.2	Apelação .....	1022
13.11.2.1	Acórdão condenatório recorrível e a interrupção da prescrição – Lei nº 11.596/2007 .....	1035
13.11.3	Protesto por novo júri.....	1037
13.11.4	Embargos infringentes e de nulidade.....	1053
<b>Título II – Das Ações Autônomas de Impugnação .....</b>		<b>1061</b>
<b>Capítulo I – Do Habeas Corpus .....</b>		<b>1063</b>
1.1	Conceito .....	1063
1.2	Natureza jurídica.....	1064

1.3	Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo .....	1065
1.4	Objeto do <i>habeas corpus</i> .....	1066
1.5	Legitimidade ativa.....	1068
1.6	<i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares: correta visão do problema.....	1070
1.7	Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia.....	1072
1.7.1	Juiz e competência.....	1072
1.7.2	Promotor de justiça e competência.....	1073
1.7.3	Delegado de polícia e competência .....	1074
1.8	<i>Habeas corpus</i> e o ato de particular.....	1075
1.9	<i>Habeas corpus</i> e o direito líquido e certo.....	1078
1.10	<i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito .....	1081
1.11	Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição .....	1082
1.12	<i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP).....	1083
1.13	<i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão: diferença .....	1083
1.14	<i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal .....	1084
1.15	<i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho .....	1089
1.16	<i>Habeas corpus</i> e a notificação do advogado para sessão de julgamento e sustentação oral, se o requerer.....	1092
<b>Capítulo II – Revisão Criminal</b> .....		1095
	Noções gerais.....	1095
2.1	Conceito .....	1097
2.2	Natureza jurídica.....	1097
2.3	Objeto.....	1098
2.4	Condições para o regular exercício do direito de agir .....	1099
2.4.1	Possibilidade jurídica do pedido.....	1099
2.4.2	<i>Legitimatío ad causam</i> .....	1100
2.4.3	Interesse processual .....	1101
2.5	Formas de revisão criminal .....	1101
2.6	Pressupostos legais.....	1102
2.7	Fundamentos legais da revisão criminal .....	1102
2.8	Revisão criminal de decisões não condenatórias.....	1107
2.9	Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal.....	1109
2.10	Efeitos da revisão criminal .....	1110
2.10.1	Alterar a classificação da infração penal .....	1111
2.10.2	Absolver o réu.....	1111
2.10.3	Modificar a pena.....	1113
2.10.4	Anular o processo .....	1114

2.10.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	1115
2.11	Revisão criminal e sentença penal estrangeira .....	1116
<b>Capítulo III</b>	<b>Mandado de Segurança em Matéria Criminal</b> .....	<b>1117</b>
	Objetivos e noções gerais .....	1117
3.1	Conceito .....	1118
3.2	Natureza jurídica .....	1119
3.3	Objeto .....	1120
3.4	Questões controvertidas .....	1121
3.4.1	Identificação criminal .....	1121
3.4.2	Recurso próprio previsto em lei .....	1122
3.4.3	Prova contra si mesmo .....	1125
3.4.4	Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente .....	1127
3.4.5	Direito de sufrágio do preso provisório .....	1128
3.4.6	Estrangeiro não residente no país .....	1129
	<b>Nota Final do Autor à 1ª Edição</b> .....	<b>1133</b>
	<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>1135</b>
	<b>Índice Remissivo</b> .....	<b>1147</b>